

Território e desenvolvimento: Programa “Polis” em Coimbra

“Centrar a cidade no rio, promover a aproximação efectiva das suas margens, a par do aproveitamento das condições naturais e paisagísticas de excepção, oferecidas pelo rio Mondego, bem como o reforço das áreas pedonais, a ligação entre a Baixa e a Alta Universitária caracterizam, em termos gerais, a intervenção, do Programa Polis para a cidade de Coimbra”
(Boletim Informativo n.º 1).

I. Património, Território e Desenvolvimento

Convém desde já explicar que começo pelo conceito de património pelo facto de este trabalho ser uma adaptação de um outro intitulado “*Património e desenvolvimento: entre projectos e realizações – o caso do programa “Polis” em Coimbra*”, elaborado no âmbito das aulas práticas da cadeira de Planeamento Local.

A noção de património integra em si a ideia dos aspectos sociais e culturais ligados ao valor dos bens e à sua transmissão, isto é, este mesmo bem continua mesmo após o desaparecimento do seu possuidor. O valor do património é inestimável impondo-se a sua protecção, conservação, manter-se saudável e, principalmente, ser transmitido. Assim, o conceito de património fundou-se nestes dois pilares: posse e transmissão.

O conceito teve uma origem religiosa sendo identificado como a passagem de geração em geração da “regalia” que eram objectos de culto, sendo conotados como algo de sagrado. Daí, antes da Revolução Francesa, não existia, verdadeiramente, a noção de património (excepto na referência feita em cima). Após as destruições provocadas pelas populações estas tomaram consciência da necessidade de protecção dos edifícios representativos da identidade colectiva para a tomada de consciência política e social.

No final do séc. XIX aparece o culto aos monumentos, fruto da necessidade de reforçar os edifícios representativos da memória colectiva das imagens marcantes da Nação – surge uma nova perspectiva de património relacionada com as representações históricas e culturais das nações.

Apenas nos anos 60 – 70 (do século XX) é que a palavra património aparece com o significado que hoje associamos, designando as produções humanas, com carácter artístico fruto de uma herança mas, não devemos esquecer que não existe uma definição universalmente aceite de património. Também convém referir que, até aos anos 80, a sociedade não tinha a consciência da sua valorização e preservação, noção que apenas começou a apresentar já depois dos anos 90.

Neste início de século o património aparece-nos como nómada uma vez que este muda rapidamente, consoante a moda ou outros aspectos, chegando à situação em que tudo nos parece património: a preservação do ambiente, a arquitectura, as paisagens, as unidades industriais, entre outros aspectos, isto é, tudo, ou quase tudo, é património.

O património cultural é aquele que representa as marcas deixadas pelo Homem e não só, sendo um conceito extremamente abrangente, sendo difícil ao analisar o nosso estudo de caso se está mais relacionado com o património cultural (como a valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, ou o Convento de São Francisco) ou com o património natural (e o rio Mondego). Todavia, qualquer um deles induz uma atracção turística que começou a ser fomentada nos anos 30. Convém referir que certos bens culturais são distinguidos pela UNESCO como de interesse para toda a humanidade, já que desde 1972 as maiores riquezas culturais do planeta podem ser classificadas.

“Le patrimoine culturel est mondialement reconnu” (BACHOURD, 2002) e aparece neste início de século XXI, como um bem que é comum a uma determinada sociedade.

Existem duas grandes categorias de património, segundo Louis Bachoud:

- O património cultural imaterial → que inclui todas as actividades do homem, encontrando nesta categoria o património musical, o património fotográfico, o património tecnológico, o património etnológico.
- O património cultural material → integra todos os monumentos construídos e os do subsolo. Integra os bens arqueológicos mas foi o património visível aquele que surgiu primeiro. Aqui encontramos o património cultural imóvel (com os monumentos, as obras de engenharia civil, todo o património construído), o património cultural paisagístico (construído pela natureza e que faremos referência a seguir), o património cultural dos bens móveis (que está relacionado com os bens colecionáveis) e, por último, o património dos conjuntos imobiliários e mobiliários (mais usual em França e de difícil transposição para a realidade portuguesa).

Não podemos avançar sem fazer uma pequena referência ao património cultural paisagístico construído pela natureza – porque toda a área de intervenção do Programa Polis compreende uma área de rio, um espaço de agricultura abandonada em que se pretende revitalizar toda uma área – aparecendo então uma área de paisagens únicas, com paisagens naturais agradabilíssimas – que será o resultado final de toda a intervenção como veremos a seguir. Património este que inclui “*as montanhas, os litorais, os cursos de água, as florestas*” (BACHOUD, 2002).

Toda a questão de trazer o ambiente e a sua preservação para o património surge após a Declaração de Estocolmo no ano de 1972, isto é, após a tomada de consciência que o ambiente deve ser valorizado e que não se podia continuar com os modelos de desenvolvimento até então em voga. A consciencialização para a necessidade de preservação do património tem tido uma evolução positiva por parte dos governos comunitários que têm, progressivamente, vindo a apoiar iniciativas de apoio aos bens patrimoniais, através da sua restauração ou construção; o mesmo efeito não é alheio ao caso português, nomeadamente, através da sua valorização no sentido de reconhecê-lo como de extrema importância para a cidadania e democracia.

Para o nosso trabalho cabe, ainda, abranger um pouco mais a questão do património urbano, em oposição a património rural importante pelo seu valor sócio-cultural. É óbvio que o património urbano é muito mais rico em termos materiais que o rural que se apresenta muito mais exposto e com maior vulnerabilidade aos efeitos negativos da acção antrópica, principalmente pelo abandono e esquecimento a que está votado, já que como é muito variado e extenso muitas vezes não há recursos financeiros suficientes para a preservação dos mesmos.

Contudo, a Geografia desde cedo se interessou pelas temáticas do património, embora não com a acepção que hoje conhecemos: “Já em 1923, o presidente da Association of American Geographers queria considerar a Geografia como uma Ecologia Humana (“*Geography as Human Ecology*”) na qual se integram factores naturais e culturais (Barrows, 1923)” (ORY, 2001) reforçando já uma faceta para o património natural sem esquecer a faceta humana / cultural.

O desenvolvimento é um conceito multidimensional pressupondo melhorias a nível social mas, também, económico e do bem-estar de todos os membros da sociedade. Temos três princípios básicos relacionados com o conceito de desenvolvimento:

- Acesso a toda a população a um grau mínimo de satisfação das necessidades básicas – melhoria da qualidade de vida;

- Igualdade de oportunidades entre os indivíduos independentemente da sua raça, sexo, classe social, religião ou região onde vivam;
- Independência de tomada de decisões relativas ao desenvolvimento, não dependendo de modelos expostos ao exterior.

O conceito de desenvolvimento sustentável está intimamente ligado ao Relatório de Brundtland (1987) e a publicação do “*Our Common Future*”, mas anteriormente perspectivado na Conferência Mundial de Estocolmo em 1972 e definitivamente divulgado na Conferência do Rio em 1992.

Desenvolvimento este que perspectiva “*conciliar, num equilíbrio necessariamente instável, as componentes de progresso económico, inovação e conservação, reduzindo ao mínimo possível as agressões ambientais*” (CARVALHO *et al.*; 2002) permitindo que os recursos hoje utilizados o possam ser da mesma maneira pelas gerações vindouras.

Isto é, “*aponta-se para a manutenção do crescimento, mas em equidade alargada, num quadro de respeito pelas capacidades de carga, pelos limites e pelas capacidades de regeneração de um cenário ecológico cada vez mais estratégico*”. (CARVALHO *et al.*; 2002), no entanto, é de conhecimento geral que esta perspectiva não conduziu aos efeitos desejáveis.

O conceito de desenvolvimento sustentável engloba:

- Ajuda às populações mais pobres que por falta de opção destroem o ambiente;
- A ideia de desenvolvimento autónomo;
- A noção que o desenvolvimento permite promover a qualidade ambiental sem diminuir a produtividade a longo prazo;
- A necessidade de estimular as iniciativas ao nível local associado ao princípio de que o ser humano é o principal recurso.

Mas que relação existe entre o património e o desenvolvimento?

Antes de mais porque na base do desenvolvimento sustentável a nível local entram permissas como: microregional, integral e integrado, endógeno, ecológico, cooperativo, auto-dependente e cultural e é nesta faceta de cultural que entra o património.

O património pode ser aliado do processo de desenvolvimento, isto é, a necessidade de preservação do património de uma colectividade pode levar a um processo de sustentabilidade do desenvolvimento, através de uma requalificação. A ideia de colocar o património ao serviço do desenvolvimento tem decorrido devido ao “abandono” da

perspectiva “top-down”, vocacionada para uma redistribuição espacial da actividade económica numa tentativa de redução das diferenças regionais – é um modelo difusãoista; trocada por uma tendência “bottom-up” vocacionada para o desenvolvimento económico das cidades e dos territórios, num desenvolvimento assente no potencial que as estruturas locais possam incutir.

O património tem vindo, gradualmente, a inserir-se numa perspectiva de Desenvolvimento Local através de acções que promovam a produtividade e a competitividade em que os recursos locais vão ser colocados ao serviço do crescimento. O Desenvolvimento Local passa por uma gestão descentralizada através da prestação de serviços reais ou financeiros a um bem concreto, ao contrário das políticas regionais em voga anteriormente em que era a Administração Pública do Estado que fazia leis de incentivos gerais através do apoio financeiro directo às empresas, política esta que não se adequa às novas realidades dotando-se os sistemas locais com serviços que as empresas se candidatam para resolver os ditos problemas de competitividade.

São três as políticas de Desenvolvimento Local: a melhoria das infra-estruturas (hardware), suprir as carências e melhorar os factores imateriais do desenvolvimento (software) e, por último, as que se propõem fortalecer a capacidade organizativa do território (orgware).

O hardware do desenvolvimento local é formado pelas infra-estruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural. Está relacionado com as infra-estruturas e capital social com o intuito de melhorar o atractivo da cidade e dos seus arrabaldes transformando-a num lugar atraente e agradável de viver. (GUTIÉRREZ, 1984)

A primeira, o hardware do Desenvolvimento Local, é a que mais se adequa ao nosso estudo de caso porque ao proceder-se a obras em infra-estruturas propõem-se, nalguns casos, a melhorar o carácter atractivo da cidade, convertendo-se num lugar adequado para viver e trabalhar. No entanto, o desenvolvimento associado ao património passa por utilizar melhor os recursos locais (principalmente os associados ao património) que estavam inutilizados no território e fazer frente à reconstrução do tecido produtivo das economias locais.

O software do desenvolvimento local coincide com as iniciativas de índole qualitativa e imaterial do processo de desenvolvimento estado intimamente ligado à qualificação dos recursos humanos, o seu know-how, integra a dimensão tecnológica.

O orgware do processo de desenvolvimento local passa por acções tendentes a melhorar a organização de todo o processo de desenvolvimento, melhorando a

capacidade organizacional que existe na cidade ou na região tentando resolver de uma forma rápida e eficaz os problemas e desafios que tem de enfrentar. (GUTIÉRREZ, 1984).

II. Estudo de caso: O Programa “Polis” em Coimbra

1. Programa Polis: contexto nacional

O Programa Polis apresenta-se como um instrumento de gestão territorial, tendo como objectivo importante criar novas áreas de espaços públicos em áreas degradadas ou subaproveitadas, melhorando a qualidade de vida nas cidades, isto é, uma operação de reconversão ou regeneração urbana com a substituição das estruturas e das funções de um espaço que estava subaproveitado. O objectivo é criar áreas de lazer o que também está adequado a novos estilos de vida, com espaços de lazer e que conduzem a uma melhoria da qualidade de vida.

É um projecto do ex – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que, através de uma parceria com as Autarquias Locais, promove numerosos projectos, essencialmente de requalificação urbana criando novas áreas atractivas para as populações, com dinamismo e aprazíveis, sendo as populações o principal agente de toda a intervenção. Melhorar-se-á a parte urbanística e a faceta ambiental, tornando os centros urbanos mais atractivos.

As intervenções vão ser feitas, essencialmente, em oito variáveis:

- Criação e beneficiação de parques e áreas verdes – são 5 934 662 m² de áreas onde vão ser criados mais espaços verdes sendo este um objectivo do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental criando espaços verdes mais atraentes, mais agradáveis e onde a elevada qualidade de vida seja uma realidade;
- Requalificação de espaço público – as novas realidades históricas e sociais vão marcar os centros urbanos alvos de intervenção, valorizando a faceta humana dos cidadãos – as áreas abrangidas são de 1 851 630 m²;
- Requalificação de frentes de rio – é um objectivo integrado em muitas cidades (nomeadamente em Coimbra), pretendendo a requalificação de linhas de água, normalmente de grande importância para as cidades, passando estas áreas a serem atractivas e de ponto de encontro para as populações, atingindo os 73720m;

- Requalificação de frentes marítimas – as zonas litorais surgem como espaços de importância ambiental, histórica, económica e cultural que urge preservar, sendo por isso alvo de intervenção tendo em vista a sua transformação e desenvolvimento de grande qualidade urbanística e principalmente valorizando a faceta ambiental, na ordem dos 15 580 m;
- Ciclovias – 103 130m. será o valor de pistas para bicicletas a construir em 28 cidades do país que terão assim espaços para as populações usufruírem à vontade nos novos espaços intervencionados;
- Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos – no âmbito de devolver a cidade aos cidadãos serão construídos 150 170 m² de espaços onde a valorização dos elementos naturais será uma constante, uma vez que os centros históricos serão vedados ao tráfego automóvel e os principais arruamentos pedonizados;
- Novos percursos pedonais – 135 923m. de espaços pedonais serão um objectivo primordial que permitirá a todos usufruírem das vantagens da intervenção;
- Estacionamento dissuasor – os valores ambientais estarão sempre salvaguardados sendo por isso construídos 23 052 lugares de estacionamento fora dos centros urbanos criando meios alternativos e não poluentes de deslocação nas áreas intervencionadas.

Os objectivos globais destas intervenções são:

- Grandes operações de requalificação urbana de grandes áreas estritamente ligadas a uma valorização ambiental;
- Iniciativas em torno do crescimento de espaços verdes, juntamente com a construção de áreas pedonais e iniciativas para limitar o uso do automóvel no centro das cidades;
- Promover acções de requalificação e reabilitação das cidades e na promoção da sua multi-funcionalidade;
- Incentivar projectos de requalificação na melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente na valorização dos elementos naturais como frentes de rio ou de costa.

Em suma, “Nunes Correia acredita que o Programa Polis vai deixar um conjunto marcante de ensinamentos, experiências e exemplos. “Criando áreas com qualidade,

criamos apetência para que as populações percebam que há outras situações que não são desejáveis”. O futuro o dirá”. (CALÉ, 2003).

2. A intervenção do Programa Polis na cidade de Coimbra

São seis os grandes eixos de intervenção:

- AMBIENTE

Perspectiva-se uma limpeza das margens do rio Mondego para que o mesmo possa ser utilizado por toda a população. Devido a alguns problemas conhecidos pelos conimbricenses – parque de autocarros desordenados no Choupalinho, laranjais abandonados até à pouco tempo em frente à estação de caminhos-de-ferro de Coimbra-Parque – conduziu a que estas áreas se tornassem algo marginais. Também o Parque Dr. Manuel de Braga, mais conhecido por Jardim da Cidade será alvo de intervenção. No Parque Verde do Mondego foram desenvolvidas potencialidades lúdicas, desportivas, culturais e pedagógicas associadas à toalha de água proporcionada pelo rio.

- LAZER

Amplos relvados tornaram o local agradável para a utilização calma e descontraída das populações, bem como crianças e idosos. O aspecto de lazer nocturno não foi esquecido nos dias de hoje, pelas camadas sociais mais jovens, tendo sido construídos pequenos equipamentos de hotelaria e de animação nocturna.

- ACTIVIDADES CULTURAIS

Estão previstas actividades culturais de espectáculos tendo o respectivo palco já sido construído e já utilizado por vários espectáculos não só estudantis (como na queima das Fitas) como para a população geral. Também não foi esquecida a vertente didáctica e com salas de cinema – é o recinto do Parque Temático Ciência, Cultura e Lazer – projecto este que se encontra parado. A recuperação do Convento de São Francisco em Centro de Congressos também está inserida nesta rubrica.

- DESPORTO

Se o rio é o vector principal deste Programa os desportos náuticos terão um papel importante neste eixo através do aproveitamento da barragem do açude-ponte e o lençol

de água que cria, nomeadamente, em actividades de remo e canoagem. Também os relvados podem ser afectos à prática de desporto.

- ACESSIBILIDADES

A crónica dificuldade de deslocação entre a Alta e a Baixa será resolvida ou significativamente melhorada através da construção de um elevador numa área de difícil acesso. O ponto actual de maior confusão de tráfego será resolvido através de construção de desnivelamento da antiga EN1 na zona de confluência entre a Ponte de Santa Clara e a Avenida João das Regras, com a construção de um túnel passando por baixo do Estádio Universitário, directamente para a área da Guarda Inglesa. Uma nova travessia pedonal entre as duas margens resolverá o estrangulamento causado pelo rio.

- TURISMO

A zona do Choupalinho é o ponto de encontro de todos os autocarros de turismo que chegam à cidade (que passarão para a outra margem). Todas estas actividades que adiante desenvolverei, juntamente com o conjunto arquitectónico monumental da cidade criarão condições excelentes para o desenvolvimento do turismo.

A área intervencionada corresponde a 80 hectares, incluindo o teleférico (que será apenas construído quando a conjuntura económica assim o permitir, mas os projectos ficam aprovados pela Sociedade CoimbraPolis).

Foi feita uma análise a todo o substrato litológico que é constituído por aluviões. A análise e o estudo do tráfego não foram esquecidos com vista a estabelecer uma capacidade de estacionamento necessária e razoável, tendo já sido realizadas directivas no que concerne aos transportes públicos.

Toda esta área de intervenção encontra-se “focalizada em quatro temas transversais que são essenciais para a sustentabilidade das cidades a longo prazo: a gestão urbana, o sistema de transportes, a construção e a concepção urbana sustentável” (GOULÃO, 2004).

De um modo mais detalhado são estes os projectos e as obras a realizar no âmbito do Programa Polis, tendo em atenção que algumas obras corre o risco de não se realizar devido a cortes financeiros, outras alteradas devido ao aumento da cota de cheia depois das inundações 2000/2001:

- Consolidação da 1^a fase do Parque Verde do Mondego (zona do Queimódromo)

Entre a zona do Choupalinho e a Ponte de Santa Clara temos um passeio pedonal junto ao rio.

- Margem esquerda do Parque Verde do Mondego – 2^a fase

Área com compartimentos para funções multiusos, pequeno comércio e equipamento, com o tratamento de verde urbano das infra-estruturas, iluminação e mobiliário urbano e uma área de estacionamento para ligeiros e pesados, um parque de merendas, sanitários públicos e um polidesportivo descoberto.

- Margem direita do Parque Verde do Mondego – 3^a fase

Espaço com uma fonte apoiada numa peça arquitectónica com características contemporâneas e sistema de elevação de água. A existência de uma frente ribeirinha com similares de hotelaria é hoje uma realidade, sanitários públicos e caminhos pedonais com plataformas de madeira avançadas para o rio. Está igualmente previsto a criação de uma área coberta de 3350 m² para equipamento não especificado. O montante utilizado foi de 3 milhões de euros. O Pavilhão Centro de Portugal já está em pleno funcionamento há algum tempo.



Fig. 1 – Parque Verde do Mondego.



Fig. 2 – Pavilhão de Portugal que esteve na Exposição mundial de Hanôver.



Fig. 3 – Espaço de lazer e restauração no Parque Verde do Mondego.

- Margem esquerda do Parque Verde do Mondego – 4^a fase

Avançamos mais para montante, para a Quinta da Várzea e das Lajes, passando a afectar a área do Parque Temático. Pretende-se o aproveitamento das espécies existentes mas com um tratamento mais informal e cuidado (Projecto a aguardar financiamento).

- Margem direita do Parque Verde do Mondego – 5^a fase

É o último troço do Parque Verde do Mondego, situando-se entre a Quinta do Junqueiro e a Ponte da Rainha Santa Isabel com a construção de equipamentos de animação do parque de estacionamento de apoio, campos desportivos, preservação do laranjal existente e percurso pedonal à beira-rio. (Projecto a aguardar financiamento).

- Parque Manuel Braga

Sofreu obras de beneficiação com obras de restauro e renovação, nomeadamente, com a instalação da rega automática.



Fig. 4 – Parque Manuel de Braga.

- Travessias do rio Mondego

A novidade será a construção de uma nova ponte de acesso pedonal e de ciclovia com cerca de 275 m. e 4m. de largura, tendo sido já assegurados os cuidados inerentes ao

não prejuízo da prática de desportos náuticos. Para o projecto foi convidado o engenheiro Cecil Balmond que trabalhará com o engenheiro português Adão da Fonseca (responsável pelo projecto da ponte do Infante, no Porto). A ausência de elementos (pilares ou cabos) que sejam susceptíveis de interferir negativamente na paisagem são da responsabilidade do engenheiro da Millenium Bridge. Será como que uma “praça” ou miradouro. Apoiar-se-à num arco central de 110m. de vão e situar-se-à 10m. acima do nível do rio. A ponte será anti-simétrica em cada meio arco relativamente ao eixo longitudinal. Esta estrutura é totalmente em aço e “*assinalará de forma indelével a intervenção Polis na cidade*” (Boletim Informativo n.º 4). O projecto já foi entregue e dentro de pouco tempo será de conhecimento público.

- *Requalificação do espaço público da Avenida D.^a Inês*

Na antiga EN1 estão a ser criadas características urbanas com passeios, árvores e travessias pedonais, uma vez que tendo em atenção o que já foi dito, esta via será utilizada para atravessamento por muitos cidadãos.

- *Espaço público do Nó das Lajes*

Devido a algumas circunstâncias (desenho viário e intensidade de utilização) tem-se registado vários acidentes. Neste momento foi construída uma rotunda de grandes dimensões dando um aspecto mais urbano a uma via de grande circulação, sendo também o principal acesso às urbanizações envolventes.

- *Entrada poente no Parque Verde do Mondego*

Tratando-se de uma zona de depressão topográfica constituirá um acesso desnivelado ao Parque Verde sob a Avenida D.^a Inês.

- *Espaço público de acesso nascente da Ponte de S.ta Clara e Largo da Portagem*

É uma área de grande movimento pedonal e rodoviário proceder-se-à a um desnivelamento, sendo valorizada a ligação entre a Rua Ferreira Borges e a Ponte de Santa Clara. Esta iniciativa será realizada muito mais tarde e será da responsabilidade do MetroMondego, S.A.

- *Ponte de Santa Clara*

Na tentativa de esbater o estrangulamento entre as duas margens valorizar-se-à a faceta pedonal desta travessia.

- *Arranjo urbano da Avenida João das Regras*

A animação de rua com esplanadas e quiosques vai ser possível através da construção do nó desnivelado entre a Av. D.^a Inês e a Av. João das Regras, constituindo como um eixo primordial de visualização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e de acesso ao Parque Verde / Choupalinho. Tem igualmente em atenção a zona edificada entre o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o Portugal dos Pequenitos, a Igreja e o Convento de São Francisco. A “rotunda do Portugal dos Pequenitos” sofrerá uma inflexão para Norte. Será reestruturada toda a área que hoje é ocupada por um estacionamento desorganizado, sendo alterada a zona de entrada no “campus” desportivo.

- *Variante à Avenida João das Regras*

Será uma variante rodoviária, de 250 m., incluindo também uma alteração urbana nos prédios edificados da referida avenida, nomeadamente através da construção de instalações administrativas do Estádio. As travessias pedonais não podem ser esquecidas, uma vez que haverá um reforço das funções urbanas e de maior utilização pedonal desta área da cidade.

- *Centro de Congressos (projeto, estacionamento e espaço público)*

A imagem final do enquadramento urbano desta área é a construção de um silo para estacionamento de viaturas. Esta infra-estrutura servirá de estacionamento de apoio directo ao Centro de Congressos. O estacionamento terá 100 lugares disponíveis, com a presença no topo da avenida.

- *Silo – auto / Teleférico*

Este outro silo-auto resolverá um dos maiores problemas de estacionamento da Baixa da cidade (na Rua da Alegría) com a posterior ligação ao teleférico para a Universidade.

- *Parque Temático da Ciência, Cultura e Lazer*

Este Parque é da tutela da Fundação Infante D. Pedro onde estão projectadas obras a nível de infra-estruturas e de espaço público.

- Instalação de eléctricos

A autarquia dispõe de vários eléctricos que antes circulavam nas ruas da cidade. Estes veículos serão recuperados e ligarão o Parque da Ciência, Cultura e Lazer à margem esquerda do Mondego, numa extensão de, aproximadamente, 3 km. Após esta instalação será estabelecida a ligação mecânica entre as duas margens, com fins não só de turismo mas, também, lúdicos, sendo, igualmente, um complemento de mobilidade diária (talvez mesmo de alternativa ao uso do automóvel particular).

- Teleférico

Sistema de elevação mecânica entre a Baixa (Rua da Alegria) e a Alta (Praceta Luís de Camões, junto à Universidade). Pretende-se unir as duas áreas do Centro Histórico, podendo mesmo diminuir a pressão automobilística na Alta porque as populações que cheguem de comboio à estação de Coimbra-Parque poderão, com maior facilidade, rapidez e comodidade, atingir a Universidade. Também toda a população idosa terá maior possibilidade de mobilidade, bem como um potencial turístico significativo. Se aliarmos a esta infra-estrutura a ponte pedonal e a rede de eléctricos temos, indubitavelmente, uma clara aposta no aumento da mobilidade entre as duas margens e entre a Alta e a Baixa.

O trajecto do teleférico será de 250m. e vencerá um desnível de 70m. O equipamento será o mais inovador possível e de última geração, as cabinas terão vista panorâmica e o máximo de conforto possível, aliando ao carácter funcional do mesmo à sua utilização técnica.

- Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental

Esta infra-estrutura como é constante em todas as intervenções “Polis” das cidades portuguesas, será desenvolvido com o envolvimento de jovens arquitectos, encontrando-se neste momento a terminar o lançamento do projecto. Tem como objectivo pedagógico a divulgação de valores ambientais e monitorização contínua de diversos parâmetros ambientais. Localiza-se no Parque Verde do Mondego.

Um dos parâmetros analisados foi o ruído de onde se concluiu: o elevado tráfego automóvel registado nas principais vias que delimitam a área de intervenção é a principal causa de ruído, aliado às condições morfológicas da área que permitem a sua fácil propagação das ondas sonoras.

A qualidade do ar foi analisada em Santa Clara e daí termos ficado a saber que os níveis de concentração de poluentes gasosos se encontram ligeiramente abaixo do limite de protecção da saúde humana previstos na legislação comunitária. A principal causa é, novamente, a circulação urbana já que é durante a manhã e o final da tarde que a concentração de poluentes no ar é maior o que corresponde aos períodos de maior tráfego automóvel.

As análises efectuadas à qualidade da água do rio Mondego determinam que o mesmo se encontra apto para os seus usos actuais bem como para a captação da água para uso humano – o rio Mondego é classificado como fracamente poluído.

Uma outra intervenção que se iniciou antes do Programa Polis e integrado depois neste é a reabilitação do Convento de Santa Clara-a-Velha.



Fig. 5 – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

As consequências, quer directas quer indirectas, do Programa Polis levarão a uma inevitável melhoria da qualidade de vida urbana, principalmente em dois domínios: ambiental e sócio-económico. Se não vejamos alguns exemplos:

- A área verde terá um aumento de 40,5 ha;
- Os percursos pedonais e as ciclovias terão um aumento de 3800 m.;

- Surgirá uma nova ponte pedonal com 865 m.;
- 2852 m. será a nova extensão da área frente ao rio acessível à população;
- O estacionamento dissuasor terá um aumento de 250 lugares devido à construção de um silo-auto;
- O estacionamento dissuasor em superfície também será aumentado e o acréscimo é de 2750 lugares;
- A construção de um Centro de Monitorização Ambiental;
- A criação de dois Planos de Pormenor.

Outros efeitos esperados são:

- A criação de uma nova funcionalidade e centralidade;
- Restrição ao tráfego automóvel em algumas áreas e o desenvolvimento de mobilidades alternativas;
- Construção e valorização de equipamentos culturais e de lazer;
- Promoção e dinamização turística;

A cidade ficará enriquecida no aumento quantitativo e qualitativo dos novos espaços de lazer ao serviço dos cidadãos sendo uma realidade a que ninguém se pode alhear.

III. Considerações Finais

Em suma, o projecto incide, na minha opinião, sobre “*quatro temas transversais que são essenciais para a sustentabilidade das cidades a longo prazo: a gestão urbana, o sistema de transportes; a construção; a concepção urbana sustentável*” (GOULÃO, 2004).

Agradecimentos: à disponibilidade e as sugestões dadas pelo Dr. Paulo Carvalho (docente do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra); e à Sociedade CoimbraPolis pelos esclarecimentos imprescindíveis dados para a resolução deste trabalho.

Bibliografia

- BACHOUD, Louis ; JACOB, Philippe ; TOULIER, Bernard (2002); “*Patrimoine culturel bâti et paysager*” ; Delmas ; Paris.

- CALÉ, Joaquim (2003); “Pedagogia urbana”; in “*Ambiente 21 – Sociedade e Desenvolvimento*” n.º 11, ano II; Lisboa; 2003; pág. 38 - 43.
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – Plano geral de intervenção do ProgramaPolis.
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – Plano estratégico do ProgramaPolis.
- CARVALHO, Paulo e FERNANDES, João Luís (2002); “*Paisagem e apropriação dos territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a serra da Lousã e o parque natural das serras d'Aire e Candeeiros*”. CAETANO, Lucília (coord.) – *Território, globalização e trajectórias de desenvolvimento*; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Paulo (2003); “*Património cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural*”. CAETANO, Lucília (coord.) – *Território, do global ao local e trajectórias de desenvolvimento*; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, João Luís e CARVALHO, Paulo (2003); “*Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento*”. CAETANO, Lucília (coord.) – *Território, ambiente e trajectórias de desenvolvimento*; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, João Luís (2003); “*Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português*”. CAETANO, Lucília (coord.) – *Território, do global ao local e trajectórias de desenvolvimento*; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FORTUNA, Carlos (1996); “*Les centres des villes historiques : tourisme urbaine et patrimoine*” ; Centro de Estudos Sociais ; Coimbra.
- GOULÃO, Maria Teresa (2004); “*A estratégica comunitária de ambiente urbano*” in *Ambiente 21 – Sociedade e desenvolvimento*; n.º 15 ; ano II ; Lisboa; pág. 21 e 22.
- GUTIÉRREZ, Fermín Rodríguez (1984); “*Manual de desarrollo local*”; Centro de Cooperación y desarrollo territorial – Universidad de Oviedo.
- INSTITUTO PEDRO NUNES; O projecto CyberMove.

- MELA, A. *et al* (2001); “A Sociologia do Ambiente”; Temas de Sociologia, 14. Editorial Estampa; Lisboa.
- ORY, Vicente Bielza de (2001); “Patrimonio y turismo sostenible desde la ordenación del territorio: el caso del pirineo aragonés” in Estudios Geográficos. vol. LXII; n.º 245; C.S.I.C. – Instituto de Economia y Geografia – Madrid.
- “Polis em números” – Panfleto do ProgramasPolis.
- ROSETA, Helena (1999); “*A cidade insustentável ou as quatro condições de sustentabilidade urbana*”. *Urbanismo*, n.º 3, Lisboa.